



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

146  
TJP.

4ª Câmara Cível

Apelação Cível nº 0198923-9

Apelante: Imperatriz Calçados Ltda

Apelada: Cambuci S/A

Relator: Des. Tenório dos Santos

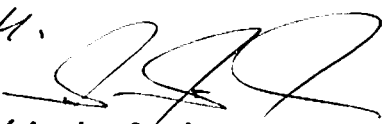
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE CANCELAMENTO DE PROTESTO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TÍTULO BANCÁRIO. ALTERAÇÃO DA FORMA DE PAGAMENTO. DEPÓSITO BANCÁRIO SEM IDENTIFICAÇÃO E SEM CIENTIFICAÇÃO DA CREDORA. PROTESTO DE TÍTULO. NÃO COMPROVAÇÃO, POR PARTE DA AUTORA, DE QUE A EMPRESA REQUERIDA TENHA SIDO CIENTIFICADA DO DEPÓSITO. DEVER DE INDENIZAR AFASTADO. APELAÇÃO IMPROVIDA.

1. O pagamento de dívida feito mediante depósito bancário, forma diversa da pactuada, sem a devida identificação e comunicação ao credor, afasta o pedido de indenização por dano moral, diante da ausência de culpa do credor quando do apontamento do título. Impossibilidade de se exigir da ré a identificação do cliente e do pagamento realizado.
2. Apelação improvida.
3. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0198923-9, em que figura como apelante, Imperatriz Calçados Ltda, e apelada, Cambuci S/A, ACORDAM os Desembargadores que compõem a 4ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça a, unanimidade, **NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO**, tudo de conformidade com as notas taquigráficas e demais peças processuais que passam a integrar este julgado.

Recife, 29/5/14.

  
Tenório dos Santos  
Des. Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

4ª Câmara Cível

Apelação Cível nº 0198923-9

Apelante: Imperatriz Calçados Ltda

Apelada: Cambuci S/A

Relator: Des. Tenório dos Santos

**RELATÓRIO**

Cuida-se de recurso de apelação interposto por Imperatriz Calçados Ltda. nos autos da ação de cancelamento de protesto c/c indenização por danos morais ajuizada contra CAMBUCI S.A.

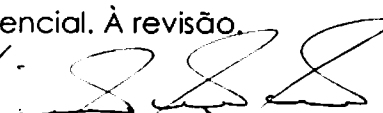
Deferida parcialmente a antecipação da tutela às fls. 38/41, o magistrado sentenciante julgando antecipadamente a lide (fls. 93/95), entendeu pela improcedência do pedido inicial, tornando sem efeito a tutela concedida e condenando a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa.

Nas razões recursais de fls. 97/109, Imperatriz Calçados Ltda. sustenta a necessidade de reforma da sentença por o apontamento do protesto ter sido realizado em prazo significativamente posterior ao pagamento da cártula efetuado através de depósito bancário, com ciência da apelada através de contato com funcionaria. Aduz restar incontroverso conversa entra a apelante e funcionaria da apelada que afirmou que '*daria baixa no apontamento do protesto do título*'. Discorre acerca da responsabilidade civil do protesto indevido de duplicata, colacionando julgados de Tribunal Superior e requer o provimento do recurso para, em reformando a sentença, julgar procedente o pedido inicial, invertendo-se o ônus sucumbencial.

Contrarrazões às fls. 117/124, pela manutenção do julgado.

É o relatório, no essencial. À revisão.

Recife, 21/3/14.

  
Tenório dos Santos  
Des. Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

147  
top.

4ª Câmara Cível

Apelação Cível nº 0198923-9

Apelante: Imperatriz Calçados Ltda

Apelada: Cambuci S/A

Relator: Des. Tenório dos Santos

VOTO

Cinge-se a controvérsia acerca de ação de cancelamento de protesto c/c indenização por danos morais, na qual defende a apelante ter realizado o pagamento em atraso da cártula em discussão através de depósito bancário antes do apontamento do título, pelo que sustenta ser indevido o protesto efetuado, pleiteando o cancelamento do protesto e indenização por danos morais.

Depreende-se dos autos que a parte autora, ora apelante, adquiriu produtos da empresa demandada, obrigando-se no pagamento da importância de R\$ 3.743,33 (três mil, setecentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos), através de título emitido com vencimento para a data de 10.10.2008.

Ocorre que o pagamento da referida duplicata apenas fora realizado no dia 14.10.2008, através de depósito bancário na conta da demandada (comprovante de depósito de fls. 35). Observo no referido comprovante que, apesar de registrado como depósito identificado, a possibilitar a identificação do depositante pelo credor, fora informado erroneamente o número do CNPJ do depositante, o que, no presente caso, impossibilitou a identificação do pagamento pelo credor.

Nos termos do art. 333, I, do Código de Processo Civil, caberia ao autor comprovar a comunicação à credora do pagamento realizado por depósito bancário, o que não restou elidido. Fora colacionado, fls. 35, apenas o comprovante do depósito, não sendo demonstrado qualquer comunicação à credora a fim de obstar o apontamento do título que fora protestado.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

148

Top.

Apelação Cível nº 0198923-9

A apelante se limita a alegar que a ciência se deu através de telefonema, que não se mostra suficiente para elidir seu dever de comprovar fato constitutivo de seu direito, qual seja, a ciência da credora acerca do pagamento. Ademais, na contestação tais fatos foram rebatidos, competindo à apelante sua comprovação.

Destarte, considerando que o pagamento foi realizado posteriormente à data do vencimento, através de depósito bancário, forma diversa da pactuada, sem identificar a que título ele se referia e sem que noticiado à credora sobre o pagamento, e diante da plausibilidade da alegação da apelada de que recebe diversos depósitos na conta de empresa, e que não possuía meios a fim de reconhecer o depositante para a baixa do débito, reconheço que protesto do título ocorreu por culpa exclusiva da autora, o que afasta a responsabilidade civil da apelada por eventual dano suportado.

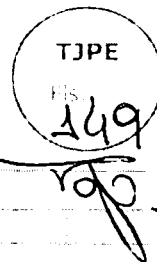
Neste contexto, não há qualquer ilicitude a ser imputada à ré/apelada. Ademais, observo através dos documentos de fls. 69/70 a existência de protestos anteriores ao apontado nesta ação em nome da apelante, o que afastaria indenização por danos morais.

Ante o exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao apelo, mantendo a sentença hostilizada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 29/5/14.

  
Tenório dos Santos  
Des. Relator



**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

**Apelação Cível nº 198923-9 – Recife (34ª Vara Cível)**

Apelante: **Imperatriz Calçados Ltda**  
Apelado: **Cambuci S/A**  
Relator: **Des. Francisco Manoel Tenório dos Santos**  
Revisor: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**  
Rev Subst: **Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes**

**Voto de Revisão**

Busca-se saber, na presente hipótese, se houve prática de ato ilícito por parte da apelada ao remeter para protesto o título não pago pela apelante dentro do prazo e na forma estipuladas, mas satisfeito dias depois através da realização de depósito em conta corrente, antes mesmo do envio da duplicata à serventia cartorária. Ao final, o protesto foi apontado.

Note-se, em princípio, que a recorrente decidiu cumprir com sua obrigação de pagar além do prazo pactuado, exatamente 04 (quatro) dias depois – título vencido em 10.10.2008 e pago em 14.10.2008 – o fazendo de forma igualmente diversa daquela acertada. Ao invés de pagá-lo perante a rede bancária, preferiu depositar em conta corrente, informando a recorrida de maneira não convencional, através de tratativas telefônicas.

Com efeito, ante a improcedência do pleito indenizatório, face, decerto, a forma e o prazo inobservados, a Imperatriz Calçados sustenta sua irresignação recursal tão somente na alegação de que havia "combinado" com um funcionário da apelada a baixa do título junto ao cartório.

Entretanto, sem o necessário lastro comprobatório, o argumento não deve prosperar.

Além de a apelada não confirmar a assertiva, não há documentos nos autos que atestem a existência desse contato e do acerto informal. Ao contrário, os fólios mostram justamente que o título foi pago com atraso, dando azo ao encaminhamento para o competente cartório de protesto, e que o pagamento foi realizado de forma diversa.

Penderia apenas identificar se o pagamento perante a conta bancária da recorrida seria bastante para sustar o trâmite do protesto no cartório. Mas isso dependeria da iniciativa da parte credora, que, em tese, não teria o dever de investigar se esse ou aquele depósito se referia a esse ou aquele débito. Faltou à ré, ora apelante, diligenciar a respeito, posto que a obrigação de pagar era de sua competência, e como esta já havia vencido, o empenho para elidir a obrigação se mostraria muito mais relevante, além de não ser "solidarizado" com qualquer outro, nem mesmo com o credor.

Atente-se para um trecho em especial da sentença, transcrito a seguir: *"Deve-se considerar que a autora efetuou o pagamento do título mediante depósito, em cheque, na conta corrente da demandada, sem qualquer identificação e que aquele depósito se referia ao pagamento do título em questão. Desse modo, considerando que a opção de pagamento foi feita pela própria demandante, deveria a mesma ter diligenciado quanto ao recebimento do mesmo pela parte demandada, enviando o comprovante de pagamento para que pudesse ser identificado no extrato bancário da empresa. Nesse sentido, o demandante se limita a alegar que a ciência se deu através de telefonema, sendo certo que era necessário, visto que lhe competia, obter a quitação, que é a prova do pagamento."* (fls. 94/95)

Em casos assim, não há que se falar em cometimento de ato ilícito, posto que, diante das circunstâncias, o protesto não se mostrou indevido, portanto, sem dano a ser reparado.

Confiram-se alguns julgados nessa mesma linha:

**"CIVIL. DANOS MORAIS. PROTESTO DE TÍTULO. REGULARIDADE. PAGAMENTO EM ATRASO DE FORMA DIVERSA DA PACTUADA. AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO. 1. O PAGAMENTO DE TÍTULO, EM ATRASO, REALIZADO POR MEIO DE DEPÓSITO EM CONTA-CORRENTE, ALÉM DE REALIZADO DE FORMA DIVERSA DA PACTUADA (BOLETO BANCÁRIO), NÃO PERMITIU A IDENTIFICAÇÃO DO PAGAMENTO PELA CREDORA, QUE, DESSA FORMA AGIU NO REGULAR EXERCÍCIO DE SEU DIREITO, AO PROTESTAR O TÍTULO (CC 188, I). 2. APÓS QUITAÇÃO DO DÉBITO, CABE A QUALQUER INTERESSADO, NOS TERMOS DO ARTIGO 26 DA LEI 9.492/97, O LEVANTAMENTO DO PROTESTO, PRECIPUAMENTE AO DEVEDOR, MAIOR INTERESSADO EM VER REGULARIZADA SUA SITUAÇÃO CREDITÍCIA. 3. NEGOU-SE PROVIMENTO AO APELO DA AUTORA."** (TJ-DF - APC: 20090111930466 DF 0163875-65.2009.8.07.0001, Relator: SÉRGIO ROCHA, Data de Julgamento: 04/09/2013, 2ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 11/09/2013 . Pág.: 88) - sem grifo no original

**"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. INSCRIÇÃO DO NOME DA AUTORA NO ROL DE INADIMPLENTES. DÍVIDA PAGA DE FORMA DIVERSA DA PACTUADA. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO ACERCA DO DEPÓSITO EFETUADO. INEXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Efetuado o pagamento de forma diversa, mediante depósitos implementados na conta bancária da credora, sem qualquer espécie de identificação, era ônus indispensável da devedora comunicar o adimplemento da sua obrigação naqueles moldes, encaminhando, para conferência, os respectivos recibos bancários. A ré, dedicada ao ramo varejista de grande porte, não poderia, por certo, vaticinar sobre a ocorrência do depósito na sua conta corrente, muito menos sobre quem teria sido o responsável por tal pagamento."** (TJ-SC , Relator: Jorge Luis Costa Beber, Data de Julgamento: 11/09/2013, Quarta Câmara de Direito Civil Julgado) - sem grifo no original

A sentença, corretamente colocada, não merece qualquer censura.

Ante o exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** à Apelação Cível interposta por **Imperatriz Calçados Ltda**, mantendo-se incólume a sentença vergastada.

É como voto.

Recife, 29 de maio de 2014.

**Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes**  
Revisor Substituto